

Merita infine una menzione la fruibilità dell'insieme dei testi, che sono redatti in lingua inglese, tedesca e francese, e denota la disponibilità degli autori a redigere i loro scritti in lingue più fruibili alla maggior parte della comunità scientifica rispetto alle loro lingue madri.

Non sfugge inoltre il pregio della presenza di immagini a colori, che sicuramente aiutano

il lettore ad avere una percezione più realistica degli oggetti trattati.

Non si può che auspicare che la serie di *Mensae Rotundae* continui ad avere luogo e ad apportare raccolte di studi e novità epigrafiche di queste province dell'impero così ricche di documentazione.

Silvia Braitto

Dolores DOPICO CAÍNZOS, Manuel VILLANUEVA ACUÑA (eds.), *In Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat — A cidade romana no noroeste: novas perspectivas* (Philtáte 2 – *Studia et acta antiquae Callaeciae*), Lugo, Servizio de Publicacións da Deputación de Lugo, 2017, 421 pp., *imagens a cores*. ISBN: 978-84-8192-550-0.

Depois de, em 2016, nos terem brindado com o n.º 1 de *Philtáte*, em que, sob o título *Clausus est Ianus*, se publicaram textos relacionados com Augusto e a transformação do Noroeste hispano, os professores Dolores Dopico Caínzos e Manuel Villanueva Acuña, do Campus Lucense da Universidade de Santiago de Compostela, presenteiam-nos agora, como editores, com o n.º 2, datado de 2017, a abrir «novas perspectivas» sobre a cidade romana no Noroeste, o conjunto passado a papel das intervenções feitas no decorrer do colóquio internacional realizado em Lugo, nos dias 24 e 25 de Outubro de 2016.

Como na epígrafe do n.º 1, também à expressão *in Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat* subjaz uma ideia a servir de mote ao volume: tendo nascido na cidade de Roma, tendo-se difundido pela Península Itálica, o fenómeno urbano deve permanecer — e como tal ser devidamente apreciado — no contexto provincial.

Louve-se o Serviço de Publicações da Diputación de Lugo por ter patrocinado este livro de mais de 420 páginas, não sendo, porventura, alheia a essa atitude a etimologia do nome dado à coleção: *Philtáte* vem do adjectivo grego φίλτατη, superlativo de φίλη, e significa, por isso, o que é 'caríssimo', 'es-

timado'. Neste dealbar do século XXI, sentir que uma instituição regional generosamente aplica parte dos seus fundos a editar em papel o resultado das investigações levadas a cabo por especialistas acerca do seu passado mais longínquo — «*Studia et acta antiquae Callaeciae*» — não pode deixar de ser de muito louvar.

Poderá dizer-se que logo o 1.º texto é uma provocação, pois Max-Jean Zins nele pergunta se poderá considerar-se a cidade romana o «último avatar del mundo urbanístico de la Índia». Parágrafos que se lêem com agrado, na medida em que — embora o Império Romano não tenha chegado à Índia e porque, por outro lado, também o mundo conceptual (o hinduísmo védico, por exemplo) dessas paragens estivesse já consolidado quando Roma atingiu o seu apogeu — o certo é que, nomeadamente por intermédio do dominador britânico, muitos conceitos urbanísticos de matriz romana ali se terão inoculado. Conclui Max-Jean Zins que pode falar-se, conseqüentemente, de «um impacto indirecto, um impacto reinventado pelos britânicos, um impacto reinventado pelos indianos; mas, apesar de tudo, um impacto ainda visível no extremo *limes* oriental do Império Romano» (p. 29).

A primeira parte do volume ocupa-se, pois, dos modelos. Xavier Lafon analisa os possíveis paralelos entre Roma e as cidades da Narbonense, a fim de se perceber se existiu, de facto, um modelo romano de cidade, durante a época de Augusto no Ocidente (p. 31-51). Gino Bandelli transporta-nos a outro horizonte: à urbanística indígena das regiões transpadanas (de 191 a.C. a 58 a.C.), distinguindo nela os primeiros indícios de modelos hauridos no contacto com o mundo romano, itálico e helenístico (p. 53-73). A partir do que se conhece da cidade de *Brixia* (actual Bréscia, na Lombardia), Filli Rosi evidencia como na comunidade indígena se observam registos de sobreposição e assimilação dos modelos urbanísticos romanos (p. 75-92). Thomas Schattner preferiu um outro horizonte, aparentemente desgarrado dessa problemática, o do panteão das divindades de cujo culto se detectaram testemunhos na cidade de *Munigua* (actual Mulva, perto de Sevilha); pormenores retirados da Arqueologia, da Epigrafia e da Topografia (p. 95-123) permitiram-lhe, ao invés, estabelecer essa relação, na medida em que — escreve na p. 117 — «los puntos de orientación de la ciudad fueron los edificios de culto, y no el entramado de calles». Victor Revilla Calvo mostra, por seu turno, como um aspecto até agora pouco escarpelizado também deve, neste contexto, ser tido em consideração: a economia. Exacto: ¿como se distribuían na trama urbana as *tabernae*, os armazéns, as lojas dos mais diversos produtos, as *fullonicae*, as olarias, os *offinatores*, enfim?... E usa para a sua argumentação o que conhece das cidades romanas do Nordeste da *Hispania Citerior* (p. 125-165). Finalmente, José Luis Jiménez Salvador, estribado em extensíssima bibliografia (p. 189-200!), traça sugestiva panorâmica da paisagem urbana de *Hispania* (p. 167-200): as muralhas, na sua função de ‘elemento definidor del espacio urbano’; o papel primacial que foi dado ao templo capitolino no momento de se ordenar o espaço

urbano; a importância atribuída ao foro e ao teatro nas capitais provinciais (o caso exemplar de *Emerita*); por fim, as características do relevo não poderão ser também menosprezadas: veja-se o criptoportico que se teve de arquitectar em *Aeminium* para sustentar o fórum (p. 185) ou a opção, em *Mirobriga*, por uma posição altaneira.

Se, nesta 1ª parte, a perspectiva se alargou para além do estrito mundo da *Callaecia*, para melhor se entender o fenómeno urbano, a 2ª parte, da p. 202 em diante, centra-se apenas nas duas principais cidades do Noroeste: *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti*.

A equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, sob orientação de Manuela Martins, deu conta dos mais recentes resultados obtidos pela permanente investigação que ali se faz sobre a cidade romana, que, de facto, não cessa de nos surpreender com novos achados. Assim, começa-se por delinear a topografia e o urbanismo fundacional de *Bracara Augusta*, focando-se, nomeadamente, a questão, que é primordial, do abastecimento de água; giza-se um traçado do espaço urbano construído no Alto Império; e Helena Paula Abreu de Carvalho vai mais além, definindo o que, no *ager Bracaraugustanus*, nos permite distinguir formas cadastrais e mesmo um esquema de centurição.

Quanto a *Lucus Augusti*, os modos de abordagem foram mais de índole geográfica, dir-se-ia, de contexto. Claro, põe-se a questão da água como factor que esteve na origem da cidade; aquilata-se o peso que teve a rede viária; mas há uma atenção reforçada às mudanças e à reconfiguração do agro-sistema atlântico desde os primórdios da vinda dos Romanos, e empregam-se «ferramentas SIX» para melhor se entender o contexto geográfico de cidade. Aliás, Natália Botica, engenheira de sistemas da Universidade do Minho explicita, em anexo (p. 387-397), como o Sistema de Informação 2ArchIS pode, na verdade, dar um bom contributo ao conhecimento das duas cidades em análise.

O volume inclui, no final, resumos dos textos e, para os que vão redigidos noutra língua, a sua tradução em castelhano.

Também pela agradável apresentação gráfica, disponibilizando boas fotografias (bastantes delas a cores) e cuidados desenhos, reproduzindo na capa um pormenor da lei municipal de Urso (a *Colonia Genetiva Iulia*), gravada em tábuas de bronze (mais um tributo, que se agradece, à relevância que os estu-

dos epigráficos detêm para o conhecimento do Império Romano nos seus mais variados aspectos!...) — este *Philtáte 2* mostra bem como os vestígios da Antiguidade não são apenas ‘caríssimos’, ‘estimados’, mas dignos de cada vez maior consideração, da parte dos estudiosos e das instituições que os apoiam.

José d’Encarnação

Manuel MARTÍN-BUENO, J. Carlos SÁENZ PRECIADO (eds.), *Topografía aplicada a la arqueología* (Colección de Textos Docentes, nº 266), Zaragoza, Prensas de la Universidad de Zaragoza (Vicerrectorado de Cultura y Proyección Social), 2017, 201 pp. ISBN: 978-84-16933-80-8.

Os actuais métodos de georreferenciação, pela facilidade de uso e, até, de acesso constituem instrumento fundamental de trabalho para o arqueólogo de campo. Sempre o contexto geográfico e as suas características de um sítio tiveram de ser devidamente consideradas e a ausência desses dados, no que concerne a relatórios — quando os há!... — de intervenções feitas, já não digo há mais de centúria e meia, mas até na segunda metade do século XX, revela-se óbice a conclusões mais válidas.

Se os aspectos culturais continuam a ser os que, porventura, mais despertam a atenção, porque se prendem com as questões identitárias tão em voga, também o território visto do prisma físico, concreto, começa a suscitar cada vez maior interesse, uma vez que outras questões, as ambientais, ganham relevo também. «Cada época tiene su tempo y cada oportunidad su momento», escreve-se, em epígrafe, no prólogo (p. 7) da obra a que de seguida se faz referência.

Cabalmente se justifica, por conseguinte, a publicação em papel do manual *Topografía aplicada a la arqueología*, a que, na qualidade de editores, Manuel Martín-Bueno e J. Carlos Sáenz Preciado, da Universidade de Zaragoza, decidiram lançar mão.

Saído das Prensas da la Universidad de Zaragoza (Vicerrectorado de Cultura y Proyección Social), com data, para a 1ª edição, de 2017, e o nº 266 da Colección de Textos Docentes, o livro tem escassas 200 páginas, formato bem manuseável e vem ilustrado com imagens eloquentes («Como se deve usar correctamente o fio de prumo», por exemplo!...).

Não posso, porém, mergulhar já no seu âmago, porque importa chamar a atenção para a necessária (a meu ver!) e meditada leitura do prólogo, pensado e redigido pelo Professor Martín-Bueno. É que, em duas páginas e meia, destina e instila saber de longos anos acumulado, com a simplicidade que só essa multifacetada experiência permite alcançar. Nem sempre se dá aos prólogos e aos prefácios o interesse que eles merecem, amiúde porque se parte do princípio de que, embora saídos da pena de mestres, são fruto de ocasião, recheados de lugares-comuns e palavras de circunstância. Sim, não nego que os há assim, mormente se redigidos por necessidades institucionais, frequentemente encomendados a assessores que, por isso, precisam de... escrever «qualquer coisa» com algum sentido. Há que saber separar, pois, o trigo do joio. E o prólogo deste livro é trigo